

# Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

## Ata número dezoito

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete

*Almeida*  
*Manuel*  
*Gouveia*  
*Silva*

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, e em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quarto e trigésimo terceiro do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em Sessão Ordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor Luís Manuel Simão Almeida, coadjuvado pelo Senhor João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia, e pelo Senhor António Óscar Dias Amaral Sampaio, respetivamente Primeiro Secretário e Segundo Secretário.-----

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:-----

António José Borges Prata, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Filipe Manuel Avelino Rebelo, João António Pêgo Zeferino, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Marcelino António Rosa Piçarra, Luís Manuel Ramos Saraiva, Fernando Manuel Sérgio de Jesus, Celina Marisa Sôto Cardoso, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, João Maria Diogo Sequeira, Luís Miguel Pires Marinho, Vítor Manuel Almeida Gomes, Mauro dos Santos Amado Frade, Olímpio Filipe Martins Pedro, Joaquim António Rebelo Santos, Armando António Amado Pereira Caramelo e Vítor Salvador Soares Lemos.-----

Faltaram à Sessão os seguintes Deputados Municipais:-----

Hermínio José Costa Albino (CDS/PP);-----

Artur Paulo Ricardo Primo (CDS/PP);-----

Carlos Manuel Marques Videira (I);-----

Fez-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mêda, o seguinte Deputado Municipal:-----

Jorge Miguel Graça Lourenço (APC), Presidente da Junta de Freguesia do Poço do Canto, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal, Deputado Municipal Frederico Nuno Tenera Pinto.-----

A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Vice-Presidente e pelo Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral.-----

Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

Às nove horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a Sessão.-----

### -----PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

**O Senhor José António dos Santos Távora**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

*“Durante as obras de requalificação da estrada que liga o Aveloso a Paipenela, foi derrubado o muro limítrofe da propriedade do meu pai.-----*

*Eu escrevi uma carta à Câmara a vinte e dois de janeiro de dois mil e treze. Tivemos várias reuniões com o Senhor Paulo Esteves, sempre me foi dito que iriam proceder ao restauro do*

muro ou à recuperação e estamos em dois mil e dezassete, quatro anos passados e eu quero saber como é que as coisas estão a decorrer, porque a minha advogada tem ligado para aqui várias vezes, tem enviado e-mails, e pura e simplesmente não respondem.-----

Para além de não resolverem o problema, ignoram as pessoas.-----

Eu não resido no Município da Mêda, mas sou um cidadão português e acho que mereço respeito, sendo informado do estado da situação e da sua resolução.-----

Além de apresentar o problema, apresentei várias soluções e nada foi resolvido.-----  
Quero saber como é que está a situação.”-----

**O Senhor Presidente** perguntou, se naquele momento, o muro é propriedade do Senhor José Távora ou se é do seu pai.-----

**O Senhor José António dos Santos Távora** respondeu que a propriedade é do seu pai.-----

**O Senhor Presidente** questionou se o seu pai ainda é vivo.-----

**O Senhor José António dos Santos Távora** respondeu afirmativamente, justificando que sofreu um acidente, pelo que, não pôde estar presente.-----

**O Senhor Presidente** explicou que aquele pedido de informações, tinha como único objetivo, esclarecer a Assembleia Municipal.-----

Disse não poder, naquele momento, responder àquela questão, até porque não disponha de qualquer tipo de informação sobre o assunto. Mas, e uma vez que se encontrava presente o Senhor Presidente da Câmara, permitiu que o mesmo se pronunciasse sobre a questão colocada.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, e de acordo com informação técnica, assumiu que de facto o Senhor José Távora esteve reunido por diversas vezes com o Senhor Vice-Presidente.-----

Fez o cronograma de todo o processo dizendo que o mesmo teve início a vinte e nove de dezembro de dois mil e onze. A adjudicação da obra ocorreu a oito de maio de dois mil e doze e a receção foi feita em doze de fevereiro de dois mil e treze. Ainda de acordo com informação técnica, acrescentou que o terreno foi adquirido pelos atuais proprietários, apenas a vinte e oito de agosto de dois mil e doze, ou seja, já depois da obra ter sido adjudicada.-----

Mais informou, que aquando da elaboração da candidatura, foi criada pelos serviços uma lista com os dados de todos os proprietários dos terrenos, salientando que foi impossível obter os dados dos proprietários daquele terreno ou de alguém que os representasse. Assim, a Autarquia optou por beneficiar e pavimentar apenas a faixa do caminho já existente.-----

Declarou que à data da realização da obra, o terreno encontrava-se inculto, com muito mato e as silvas cobriam todo o muro de suporte ao caminho, muro este, que de acordo com o gabinete técnico da Autarquia, não pertence ao terreno, mas sim à Autarquia.-----

A terminar, afirmou que de acordo com informação técnica, em momento algum, foi indevidamente ocupada qualquer fração do terreno.-----

**O Senhor José António dos Santos Távora** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que tinha razão quanto à data em que o terreno foi escriturado, mas, e tal como é do conhecimento de toda a gente, inclusive do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, o mesmo já era propriedade do seu pai.-----

Aludiu à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, quando referiu que não foi ocupada qualquer fração do terreno, garantindo que possui fotografias que demonstram o contrário. Especificou que é visível nessas fotografias as pedras que faziam de suporte ao muro terem sido arrastadas para o interior da propriedade. Na sua opinião, houve claramente um abuso de autoridade e invasão de propriedade privada.-----

*Alto*  
*Maria*  
*Seleção*

O Senhor Presidente perguntou se o Senhor José Távora achava que já estava devidamente esclarecido ou se pretendia que lhe fosse enviado mais algum esclarecimento.-----

O Senhor José António dos Santos Távora disse que pretendia que lhe fosse enviada uma resposta por escrito.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

**INTERVENÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA**-----

O Senhor Presidente agradeceu a presença dos representantes da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, nomeadamente do Senhor Engenheiro António Ruas e o do Dr. Carlos Martins.-----

O Senhor Engenheiro António Ruas no uso da palavra cumprimentou os presentes, e tal como foi solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mêda, estavam ali para prestar os esclarecimentos necessários àquela Assembleia.-----

Começou por fazer uma breve descrição do que é a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.-----

Assumi que todos têm conhecimento que aquela Comunidade Intermunicipal existe há relativamente pouco tempo, mais precisamente acerca de quatro anos. Acrescentou que foi criada pelo novo Decreto-Lei, o qual rege não só as Câmaras Municipais, mas também as Assembleias Municipais e as Comunidades Intermunicipais.-----

Explicou que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela surgiu da fusão da Comunidade da Serra da Estrela com a Comurbeiras.-----

Alongou que a Comunidade Intermunicipal não é mais do que o entendimento que se pretende que exista no território em termos de coesão. Aprofundou que esta coesão não é mais do que a união dos Senhores Presidentes de Câmara que fazem parte do Conselho Municipal, com o objetivo de apontarem estratégias unificadas para o desenvolvimento do território.-----

Seguidamente passou a explicar quais as funções do Secretariado Intermunicipal. Disse que o Secretariado Intermunicipal tem como objetivo a apresentação de propostas ao Conselho Intermunicipal, para que posteriormente sejam tomadas medidas relativamente às matérias apresentadas. Uma outra função do Secretariado, é fazer o acompanhamento dos fundos comunitários referentes ao pacto. Especificou que este pacto foi assinado entre a Comunidade Intermunicipal e a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), o qual refere os projetos que estão elencados, e os projetos que foram aprovados através daquela assinatura.-----

O Quadro Comunitário de Apoio Centro2020, tem como verba quarenta e cinco milhões de euros, e neste momento, o que o Secretariado Intermunicipal se encontra a fazer é gerir esse pacote. Neste sentido, disse que existem várias prioridades que foram contratualizadas com a CCDR-C e que têm a ver com uma estrutura integrada de desenvolvimento territorial.-----

Passou a descrever todas as prioridades que foram contratualizadas com a CCDR-C.-----

A medida dois, ponto três refere-se às Melhorias do Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Explicou que é um projeto das Câmaras Municipais em coprodução com a Comunidade Intermunicipal. Ou seja, a Comunidade Intermunicipal apresentou uma candidatura que visa todos os Municípios, mas cada Município tem o seu próprio projeto relacionado com a modernização administrativa e com a desmaterialização de cada uma das Câmaras.-----

A medida três ponto quatro está relacionada com o PDM. Nesta medida o Secretariado da Comunidade Intermunicipal serve apenas como “moleta” de apoio às candidaturas que estão a

*Handwritten signatures and notes:*  
Alo  
[Signature]  
[Signature]  
Guilherme Silva

ser feitas por Associações de Regantes ou pelo próprio Ministério da Agricultura. Acrescentou, que esta medida se refere a regadios ou consolidação de barragens. Relativamente aos regadios, disse estar a referir-se a pequenos regadios que normalmente resultam de açudes. Fez saber que se encontram abertas as candidaturas, pelo que se podem candidatar Associações de Regantes ou particulares, através das juntas de freguesia e com o apoio das mesmas. O Secretariado da Comunidade Intermunicipal limita-se a emitir uma declaração a dizer que aquela medida se encontra prevista no pacto.-----

Para esta medida estão previstos duzentos e quarenta e sete mil euros, quer para a consolidação de barragens, quer para pequenos regadios tradicionais.-----

A medida quatro ponto três refere-se à eficiência energética. Esta é uma medida que não têm muita pressa em apresentar uma candidatura, por que estão à espera que haja uma renegociação por parte do Governo relativamente a esta medida. -----

Fez saber que a eficiência energética diz respeito a edifícios públicos, piscinas, iluminação pública substituição de lâmpadas por LEDs, etc.-----

A medida cinco ponto dois diz respeito a medidas de segurança em termos ambientais e em termos de património cultural. Disse que é um projeto que foi por eles apresentado, tendo chegado ontem a sua aprovação. Transmitiu que é um projeto da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal e que diz respeito à videovigilância das florestas.-----

Expressou que a Comunidade Intermunicipal não a designa desta forma porque querem envolver mais entidades, como a Autoridade Nacional da proteção Civil, a GNR e o SNF. Este projeto tem como objetivo o apoio ao combate aos incêndios, sendo que estão a prever a colocação de dezassete torres de controlo. Especificou que aquelas torres serão compostas por uma câmara de videovigilância, a qual é controlada a partir dos Centros Distritais de Operações de Socorros. Revelou que as câmaras de videovigilância possuem um alcance de trinta a quarenta quilómetros e uma precisão muito aceitável. Disse que irão avançar com a candidatura, aguardando apenas que as Câmaras Municipais lhes façam chegar as respetivas autorizações para procederem à instalação das respetivas câmaras e criação de acessos.-----

Para esta medida está prevista uma verba de cerca de um milhão de euros.-----

A medida seis ponto três encontra-se desdobrada em património natural e património cultural.- Enquadrou a Mêda nesta medida, sublinhando que esta tem mais património cultural que natural. Assim, foi entendimento do Senhor Presidente da Câmara, e na sua opinião bem, que deveriam pelo menos, sinalizar o património natural.-----

Relativamente ao património cultural mapeado, referia-se ao Castelo de Longroiva e ao Castelo de Marialva.-----

Quanto ao património natural, vão ser cobertos, por parte da Comunidade Intermunicipal, pontos de interesse e de visitação.-----

A medida nove ponto sete está relacionada com a saúde, mais concretamente com mobilidade. Disse que o objetivo é que as viaturas móveis de apoio à saúde deem apoio não só em termos administrativos, mas também em termos de saúde. Transmitiu que estão a ser elaborados cadernos de encargos para que sejam abertos concursos relacionados com esta matéria. Prevê que dentro de um mês estejam em condições de lançar um concurso para aquisição de viaturas, salientando que será atribuída uma viatura por Município.-----

A medida dez ponto um tem a ver com o abandono escolar, sublinhando que é uma medida que dispõe de muito dinheiro. É uma medida que embora seja das Câmaras, a candidatura tem de ser feita pela Comunidade Intermunicipal.-----

*Handwritten notes:*  
Alegre  
Mêda  
Barragens  
etc.

A medida dez ponto cinco tem a ver com a recuperação das escolas. A Mêda apresentou candidatura relativamente à escola secundária.-----

Destacou que todas estas medidas até agora abordadas, fazem parte do pacto, porém, existem outras medidas que não dizem respeito às Câmaras, dando o exemplo da cultura em rede. Disse que é um projeto que pretende criar um circuito pelas quinze Câmaras, com o objetivo de dinamizar alguns artistas locais em colaboração com artistas nacionais ou encenadores. Este projeto irá ser constituído pela dança, a música e o teatro.-----

O Valorizado é outra medida que apenas diz respeito à Comunidade Intermunicipal. É uma medida que está relacionada com o Turismo de Portugal e qualquer pessoa pode apresentar candidaturas nos diversos eixos e medidas.-----

Partilhou, que todos os Presidentes de Câmara concordaram com a proposta conjunta apresentada pelas oito Comunidades Intermunicipais sobre a criação de lobbies junto de Bruxelas.-----

Introduziu que também estão a ser desenvolvidas outras iniciativas em conjunto com Comunidades Intermunicipais contíguas. Falava dos transportes. Assumiu que todos tinham conhecimento que algumas Câmaras delegaram, relativamente a esta matéria, competências nas Comunidades Intermunicipais. Salientou que independentemente daquela delegação de competências, existem carreiras que são da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal. Informou que para além destas carreiras, existem também as carreiras Inter CIM, sendo que ficou decidido que quem irá fazer a gestão dessas carreiras será quem tiver o maior trajeto no seu território.-----

Voltou ao assunto das matérias que são competência das Câmaras. Os PEDU'S, explicando que são planos de primeira ordem e que têm a ver com a reabilitação urbana. Este plano aplica-se apenas a cinco Municípios, a saber, Seia, Guarda, Covilhã, Fundão e Gouveia. Os Concelhos mais pequenos têm as ARU's, que é a reabilitação das áreas urbanas degradadas. Garantiu, que relativamente aos PEDU'S, a gestão será feita pela Comunidade Intermunicipal, já as ARU's, ainda não há certezas, mas eventualmente também ficará debaixo da sua alçada.-----

**O Senhor Deputado Municipal João Zeferino (PSD)**, no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Começou por agradecer a presença do Senhor Engenheiro António Ruas e do Dr. Carlos Martins, porém disse ter ficado triste com o que acabou de ouvir. Na sua opinião o dinheiro é pouco, a área é muita e os objetivos elencados são imensos.-----

Quis saber, no caso concreto da Mêda, como é que são feitas as prioridades, como é que são elencadas e quem é que toma as decisões.-----

Prosseguiu revelando, que relativamente aos regadios, existe um projeto faltando apenas o dinheiro para ser criada uma Associação de regantes na Coriscada. Perguntou se haverá disponibilidade de agarrar o projeto e realizá-lo.-----

**O Senhor Engenheiro António Ruas** disse comungar da preocupação do Senhor Deputado Municipal. Concorda que o dinheiro é pouco, mas solicitou ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Presidente da Assembleia e aos Senhores Presidentes de Junta, que apesar do dinheiro ser pouco, que gastem o que têm. Justificou esta sua posição dizendo que muitas vezes é dito que o dinheiro é pouco, mas não apresentam candidaturas.-----

Relativamente à criação de uma Associação de regantes, disse que estão prontos para ajudar junto do Ministério da Agricultura. Salientou que estão a terminar os prazos para as candidaturas em matéria de pequenos regadios.-----

*Handwritten signature and name:*  
Guarida Silva

**O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS)**, no uso da palavra cumprimentou os presentes. Deu as boas vindas ao Senhor Engenheiro António Ruas e ao Dr. Carlos Martins.-----  
Expôs que tal como já o tinha feito anteriormente, tanto nas Assembleias Gerais da CIM, como na Assembleia Municipal de Mêda, na sua opinião a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela está a afunilar cada vez mais para a Serra da Estrela, deixando-nos mais periféricos do que estávamos. Disse não ser defensor deste modelo de administração pública.-  
Relativamente à Mêda, considera que esta está muito periférica, até pelas medidas que ali foram anunciadas. Na sua opinião a Mêda fica sempre com as “migalhas”.-----  
Falou sobre o abandono escolar, asseverando que na Mêda não existe abandono escolar, pelo que, e na sua opinião, esta medida não se aplica ao Concelho de Mêda.-----  
Indagou se não será altura de redefinir aquela medida, até porque há muita coisa que faz falta na área da educação, e a Mêda não é exceção.-----  
Gostava que dentro da educação existisse mais autonomia e que fosse possível redirecionar aquela medida, dando como exemplo para uma maior facilidade na criação de cursos profissionais.-----  
Disse partilhar da intervenção do Senhor Deputado Municipal João Zeferino quando falou nas candidaturas, e não podia deixar de expressar ali a sua revolta enquanto cidadão português, quanto às burocracias que existem no país e à tão pouca decisão e falta de fluidez nas candidaturas.-----

**O Senhor Engenheiro António Ruas**, disse que relativamente ao abandono escolar, passaria a palavra ao Dr. Carlos Martins.-----  
Relativamente à questão colocada sobre a possibilidade de reprogramar aquela medida, respondeu que é possível. Explicou que aquela possibilidade se prende com o facto de apenas terem candidatado metade da verba prevista no pacto.-----

**O Senhor Dr. Carlos Martins** cumprimentou os presentes, e agradeceu a oportunidade dada para explicar o conceito abandono escolar.-----  
Fez saber que as preocupações com a educação, representam quase metade das verbas disponíveis no pacto. Acentuou que dos quarenta e quatro milhões destinados à Comunidade Intermunicipal, pactuados através do Programa Centro2020, vinte e cinco milhões estão averbados para a educação, sendo que desses vinte e cinco milhões, seis milhões e meio estão destinados ao combate do abandono e ao insucesso escolar.-----  
Seguidamente explicou o que é considerado abandono escolar para efeitos de estatísticas europeias e nacionais. Contou que quando iniciou contactos com as escolas, todas lhe asseveraram que não existia abandono escolar, ou então era algo muito residual. Garantiu que isto não é verdade. Esclareceu, que a taxa de abandono escolar se transmite no número de pessoas com menos de vinte e um anos que não terminaram a escolaridade obrigatória ou não se encontram num processo de formação. Intuiu que no concelho de Mêda, tal como nos outros concelhos, o abandono escolar não é zero.-----  
Informou que Portugal, neste momento, tem uma taxa de cerca de catorze por cento de abandono escolar.-----  
Expôs que para combater o abandono escolar, cada concelho, cada município, definiu as suas estratégias, de acordo e em diálogo com os respetivos agrupamentos, porque as realidades são diferentes de território para território.-----

**O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD)**, no uso da palavra cumprimentou os presentes. Iniciou a sua intervenção dando as boas vindas ao Senhor Engenheiro António Ruas e ao Dr. Carlos Martins. Agradeceu as suas palavras, as quais considerou de esclarecedoras.-----

*Alca*  
*Marta*  
*Susana*  
*Salu*

*Alves*  
*Paulo*  
*Silva*

Revelou, que quando a bancada do PSD solicitou a vinda da CIM àquela Assembleia, foi com o objetivo de serem esclarecidos, porque sentem que a informação não chega, o que torna difícil a perceção do trabalho realizado.-----

Questionou que já foi criada uma central de dados sobre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, e se a informação que é publicada pela CIM chega de forma direta às Juntas de Freguesia ou se utilizam os Municípios como interlocutores.-----

Indagou se a Comunidade Intermunicipal tem algum protocolo assinado com os Municípios, nomeadamente os Municípios mais distantes e se os Municípios podem fazer de elo de ligação entre os Municípios e a CIM.-----

Quis saber quais as candidaturas feitas pela Câmara da Mêda.-----

**O Senhor Engenheiro António Ruas**, transmitiu que para existir uma Comunidade Intermunicipal tem que haver espírito de Comunidade. Sublinhou que muitas vezes é difícil criar esse espírito de Comunidade. Alongou que o espírito de Comunidade tem que passar pelas Câmaras Municipais, pela Assembleia Municipal e pelo Executivo Municipal. -----

Referiu que neste momento a Comunidade Intermunicipal tem criado um Conselho Técnico.---- Acrescentou que o mesmo é constituído por técnicos nomeados pelos Presidentes de Câmara.- Fez saber que o Conselho Técnico reúne uma vez por mês, sendo que é transmitido aos técnicos das Autarquias o que é necessário para cada reunião, e assim apenas participam na reunião os técnicos específicos da área a ser discutida. Neste momento quando é necessária uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a convocatória é enviada ao Senhor Presidente da Câmara e ao técnico responsável do Conselho Técnico, os quais posteriormente enviam à respetiva Junta de Freguesia.-----

Relativamente ao Valorizado, existe a possibilidade de haverem parcerias com entidades públicas, porém, os investimentos e as percentagens são diferentes, isto é, não são a fundo perdido.-----

Relativamente às candidaturas feitas pela Câmara Municipal de Mêda, fez saber que já apresentaram candidatura ao Património cultural. Especificou que foi apresentada candidatura para os castelos de Longroiva e de Marialva. A medida dez ponto um e dez ponto cinco, que dizem respeito ao abandono escolar, a Câmara Municipal também já apresentou candidatura.-

Relativamente à modernização administrativa, a Câmara Municipal de Mêda apresentou uma candidatura no valor de cento e vinte e cinco mil euros. Para o património cultural, foi feita uma candidatura no valor de duzentos e quinze mil euros, para o castelo de Longroiva e oitenta e cinco mil euros para o Castelo de Marialva. Para a escola foi feita uma candidatura no valor de duzentos e trinta e oito mil, setecentos e vinte e cinco euros.-----

**Senhor Deputado Municipal Olímpio Pedro (MBU)** Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Declarou que relativamente à Comunidade Intermunicipal, é evidente que não existe uma identificação por parte das pessoas deste território.-----

Assumi que uma forma de ser criada alguma identificação por parte das pessoas em relação à Comunidade Intermunicipal é serem criados projetos que envolvam toda a comunidade, dando como exemplo o património natural, mais especificamente os geoparques ou os geomonumentos.-----

Partilhou que foi noticiada a criação de um geoparque na Serra da Estrela, porém, e na sua opinião não deveria ser localizado exclusivamente na Serra da Estrela, mas sim abranger todo o território da Comunidade Intermunicipal.-----

Quis saber o porquê de o geoparque não englobar todos os concelhos, até porque entende que a geologia une mais as populações que propriamente a Comunidade Intermunicipal.-----

**O Senhor Engenheiro António Ruas**, disse estar de acordo com o Senhor Deputado Municipal. Contou que a questão da deslocalização do geoparque a outros concelhos foi uma questão por ele colocada ao Instituto Politécnico da Guarda, que foi quem iniciou o processo, e, na altura, foi-lhe respondido pelo Senhor Vice-Presidente do Instituto Politécnico, o Professor Gonçalo, que tanto tecnicamente como cientificamente não podia ser feito. Resumiu que aquela seria uma mais valia para o território.-----

**O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Municipal, João Paulo Gouveia (PPM)** no uso da palavra cumprimentou os presentes. Aludiu à intervenção do Senhor Engenheiro António Ruas, quando se referiu à verba disponível para a escola, indagando para quando a aprovação dessa candidatura. Perguntou se as verbas alocadas preveem a remoção do amianto.-----

**O Senhor Engenheiro António Ruas**, remeteu a pergunta para o Senhor Presidente da Câmara, até porque neste momento estão apenas a analisar a candidatura.-----

Contou que numa primeira fase foi-lhes difícil aprovar as candidaturas devido aos critérios de pontuação, nomeadamente o aumento da população escolar. Informou que surgiu agora um aviso, que na sua opinião, é ainda mais complicado, um Protocolo com o Ministério da Educação e com a DGEST. Esclareceu que o protocolo que tem que ser feito com a DGEST deve-se ao facto de a escola não ser propriedade da Câmara, mas sim da DGEST.-----

A terminar explicou que os projetos de candidatura são numa primeira fase analisados pelos técnicos da Comissão de Coordenação, sendo posteriormente enviados para a Comunidade Intermunicipal e depois é que vão ao Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação para a sua aprovação final.-----

#### -----LEITURA DE EXPEDIENTE-----

**O Senhor Primeiro-Secretário João Paulo Gouveia**, no uso da palavra procedeu à leitura do expediente para o Plenário:-----

**E-mail da Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros**, sobre a defesa da legalidade, e de uma mobilidade sustentável nas cidades, com respeito pela segurança e qualidade de vida dos cidadãos.-----

**Ofício** enviado pela **Assembleia Municipal de Viseu** para conhecimento do teor da Moção aprovada na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vise realizada no passado dia 19 de dezembro: “Moção pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por “Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor.-----

**E-mail da Delegação Distrital da Guarda da ANAFRE**, solicitando a divulgação da Nota informativa sobre o III Encontro Distrital de Autarcas de Freguesia.-----

#### -----APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DEZASSETE-----

**O Senhor Presidente** pôs à discussão a ata da sessão anterior com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o texto a todos os Deputados.-----

De seguida **o Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número dezassete, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la por maioria** com votos a favor de PS; PSD; CDS/PP; PPM; três (3) Deputados Municipais IND; e uma (1) abstenção do PSD (Marcelino Piçarra).-----

De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participou na votação da Ata n.º 17, o Senhor Deputado Municipal Frederico Nuno Tenera Pinto, em virtude de não ter estado presente na reunião a que a mesma respeita. -----

**O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS)**, no uso da palavra apresentou dois votos de pesar.-----

Segue-se a leitura e votação do Voto de Pesar por Alcides Augusto Lopes Trigo, subscrito pelo PSD e pelo CDS/PP.-----

**Voto de Pesar por Alcides Trigo**-----

*"Faleceu no dia 06 de Dezembro do passado ano, Alcides Augusto Lopes Trigo, militante histórico do Partido Socialista da Mêda.-----*

*O exemplo da sua militância, da sua entrega e resistência fizeram de Alcides Trigo uma referência do PS Mêda.-----*

*Nasceu a 01 de Novembro de 1938, na freguesia de Mêda, foi uma figura popular na comunidade medense, foi barbeiro, mas abraçou a vida de carteiro, calcorreou o concelho, tornando-se uma figura simpática e conhecida.-----*

*Ao longo dos quarenta e dois anos da nossa democracia, pautou-se pela participação ativa no exercício cívico e político, respeitando sempre a diferença de opinião.-----*

*Alcides Trigo fez parte das listas aos vários órgãos do poder local, Junta de Freguesia, Assembleia Municipal e à Câmara Municipal de Mêda. O que o fez mover na política foi o dever de participar e contribuir, de forma abnegada, para o exercício da democracia.-----*

*De realçar que foi dirigente em várias coletividades do concelho, nomeadamente do Sporting Clube de Mêda. -----*

*De Alcides Augusto Lopes Trigo recordaremos sempre o homem corajoso, frontal, amigo e lutador pelos ideais em que acreditava. Ficará na memória coletiva deste concelho, como o "Carteiro Socialista".-----*

*O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Mêda, na sua sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2017, delibere:-----*

**a)** *Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Alcides Augusto Lopes Trigo, guardando um minuto de silêncio em sua memória.-----*

**b)** *Remeter o presente Voto de Pesar à sua família".-----*

**VOTAÇÃO** – O Voto de Pesar por Alcides Trigo foi **aprovado por unanimidade**.-----

Segue-se a leitura e votação do Voto de Pesar de Mário Alberto Nobre Lopes Soares, subscrito pelo PSD e pelo CDS/PP.-----

**Voto de Pesar por Mário Soares**-----

*"Mário Alberto Nobre Lopes Soares, nasceu em Lisboa a 7 de Dezembro de 1924, vindo a falecer, na mesma cidade no dia 7 de Janeiro de 2017, com 92 anos de idade. Foi um combatente do antigo regime, foi preso, deportado e exilado. -----*

*Resistiu à ditadura, fundou a democracia e lutou no "verão quente" de 1975 para que a liberdade não fosse desmoronada.-----*

*Mário Soares foi um dos maiores políticos portugueses, um político com uma verdadeira estatura europeia e mundial, para muitos Portugueses "O Pai da Democracia", um defensor acérrimo dos valores fundamentais da democracia. Amante da liberdade e do diálogo, foi um moderador de consensos no encontro das melhores soluções para o país, um construtor do nosso regime democrático e responsável pela adesão de Portugal à CEE, hoje União Europeia.-- Desempenhou as mais altas responsabilidades políticas do nosso país. Foi a figura maior e indelével da nossa democracia, desde Deputado, Eurodeputado, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Primeiro-Ministro e Presidente da República.-----*

*Na sua vida política, nem sempre ganhou, mas foi nos seus Governos que se deram passos*

*Alcides*  
*Mêda*  
*Susana Soares*

*largos para a construção do nosso Estado Social e em especial a criação do SNS – Serviço Nacional de Saúde.*-----

*Nos últimos anos da sua vida, alertou para os novos perigos do país e do mundo.*-----

*Além da política, amou as artes e a cultura.*-----

*Mário Soares, esteve várias vezes no nosso concelho, tendo visitado os Paços do Concelho e discursado neste Salão Nobre onde nos encontramos.*-----

*Em suma, Mário Soares foi um Homem que irá perpetuar eternamente na História de Portugal, figura principal da História da Democracia.*-----

*O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Mêda, na sua sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2017, delibere:*-----

*a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares, guardando um minuto de silêncio em sua memória.*-----

*b) Remeter o presente Voto de Pesar à sua família.*-----

*c) Recomendar à Comissão Municipal de Toponímia que pondere a atribuição do nome de Dr. Mário Soares a uma Rua ou artéria da cidade de Mêda.”*-----

**VOTAÇÃO** – O Voto de Pesar por Mário Soares foi **aprovado por unanimidade.**-----

Seguidamente a Assembleia guardou um minuto de silêncio.-----

**O Senhor Presidente** informou que iriam passar às intervenções dos Senhores Deputados.-----

**A Senhora Deputada Municipal Lurdes Lobão (PSD)**, no uso da palavra declarou que a Câmara não é, nem dos políticos, nem dos vários partidos políticos, mas sim um projeto coletivo. Lamentou o facto de muitos dos seus amigos que já faleceram, e que muito contribuíram para a prosperidade do concelho, não lhes tenha sido feito também um voto de pesar.-----

**O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD)**, no uso da palavra abordou um assunto já mencionado nas sessões de setembro e novembro do ano transato. Falava da célebre e tão solicitada limpeza das árvores de grande porte, sitas nas bermas da ex estrada nacional trezentos e vinte e quatro, agora estrada municipal, na freguesia de Fontelonga, questionando para quando a sua limpeza.-----

Abordou um outro assunto, quis saber para quando a reposição da calçada na rua do Valinho, na freguesia da Fontelonga, a qual já foi paga à Câmara há treze meses e ainda não foi reposta.-----

Agradeceu a sinalização do eixo central e das bermas das estradas do concelho, porém chamou a atenção para a falta de sinalização vertical, nomeadamente, placas de informação.---

**O Senhor Deputado Municipal Pedro Lourenço (PS)**, no uso da palavra cumprimentou os presentes. Homenageou, de forma particular, o Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra, pelos quarenta anos de poder local e por ter sido o primeiro Presidente daquela Assembleia Municipal, com apenas vinte e sete anos.-----

Destacou que ao contrário do que muita gente diz, nem tudo vai mal no Concelho. Deu como exemplo o Presidente da Junta de freguesia de Longroiva e a respetiva Junta de Freguesia, que na sua opinião têm feito um excelente trabalho. Os arruamentos foram embelezados, a calçada para a zona histórica do castelo foi substituída e as casas de banho públicas, são finalmente uma realidade. Sublinhou que também o Museu Tecnológico sobre os Templários será uma mais valia para a freguesia.-----

Acha que à semelhança de Marialva, Longroiva poderia realizar uma espécie de feira medieval a fim de dinamizar o Museu.-----

Recordou àquela Assembleia que o atual Executivo foi o único a realizar o que todos os outros prometeram, mas nunca fizeram, a ponte do Aveloso.-----

**O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS)**, aludiu à intervenção dos representantes da CIM quando referiram que tinham que trabalhar em rede, mas questionava se estando à porta um fim-de-semana em que se vão realizar feiras em nove concelhos, dos quinze que constituem a CIM, sendo que grande parte delas com a mesma temática, se aquilo é trabalhar em rede. Entende que é um disparate o concelho de Mêda realizar qualquer atividade durante este fim-de-semana.-----

Perguntou em que ponto é que se encontra a ARU'S.-----

Reiterou que era importante criar-se um fórum de discussão para os Medenses.-----

Solicitou ao Executivo que seja feita uma sessão aberta ao público, com a presença da Unidade de Missão do Território, até porque, foram aprovadas cento e cinquenta e quatro medidas para o Interior e na sua opinião era importante que houvesse uma explicação sobre aquelas medidas.-----

A terminar recordou o repto lançado pelo Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo relativamente à homenagem a todos os políticos que passaram pelo Município nos últimos quarenta anos, sugerindo como data para essa homenagem o dia 25 de abril.-----

**O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP)**, no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Iniciou a sua intervenção perguntando se o arquivo já regressou ao tribunal.-----

Falou no Plano de Desenvolvimento Estratégico e, gostava de saber em que ponto é que se encontra.-----

Abordou um outro assunto. Disse que se referia a um assunto discutido na última reunião do Executivo, e após leitura da Ata dessa mesma reunião, constatou que o Senhor Vereador da Oposição deixou um alerta sobre reparações efetuadas a veículos particulares nas oficinas do Município. Seguidamente colocou uma série de questões. Quis saber se o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento daquela situação; se já procedeu à averiguação do que se passou e qual a sua posição relativamente àquele assunto.-----

**A Senhora Deputada Municipal Celina Cardoso (CDS/PP)**, no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Mostrou-se sensível à questão levantada pelo munícipe José Távora, intuindo que o mesmo terá perdido um dia de trabalho para vir ali apresentar uma questão pela qual já espera uma resposta há quatro anos. Nesta senda questionou se o Executivo, se é desta forma que pensa incentivar as pessoas a fixarem-se no concelho ou se pura e simplesmente está a afastá-las ao não resolver-lhe os problemas.-----

Disse ter conhecimento de que nada está a ser feito pela educação e pelos jovens da Mêda. Lamentou que tenham que ir estudar para os concelhos vizinhos.-----

Observou que a par e passo o concelho está a ficar abandonado, sem gente, sem movimento e sem perspectivas de crescimento. Assim, questionou quais as medidas que estão a ser tomadas para fixar os jovens no concelho e gostaria também de saber, se na opinião do Senhor Presidente, o que está a ser feito, está a ser feito de forma correta a fim de atrair mais jovens para as nossas escolas e conseqüentemente fixar os seus pais e familiares.-----

Falou sobre a freguesia do Aveloso. Recordou que na Sessão de junho do ano transato foi ali prometida a reparação de buracos nas calçadas. Partilhou que os técnicos da Autarquia tomaram nota daquela situação em setembro, mas até há presente data, ainda nada foi feito.-

Abordou um outro assunto, as bocas de incêndio. Chamou a atenção para o facto de que até à presente data, também ainda nada tenha sido feito.-----

*Handwritten signatures and notes:*  
Rebelo  
Jesus  
Cardoso  
Silva

Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo quando se referiu às festas que iriam decorrer durante o fim-de-semana. Entende que é errado pensar-se que não devemos fazer nada, salientando que devemos fazer algo sim, mas diferente e melhor, de forma a atrair gente para o concelho.-----

**O Senhor Deputado Municipal João Sequeira (CDS/PP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Uma vez que o seu nome foi ali citado, não podia deixar de fazer um esclarecimento. Começou por agradecer ao Executivo da altura, a execução da estrada Paipenela – Aveloso.-----

Referiu que aquando da execução da mesma e apesar dos danos causados nos terrenos adjacentes, todos os proprietários concordaram com a sua execução, porque lhes veio facilitar o acesso às suas propriedades. -----

Lamentou que haja pessoas que sem terem sofrido qualquer prejuízo e usufruindo daquele bem, venham sem razão colocar problemas.-----

Deixou ali o seu apoio ao Município para a resolução daquele problema.-----

A terminar, assumiu que também a sua propriedade sofreu danos e caso seja feito algum tipo de reparação no muro, propriedade do Senhor José Távora, então também exige que o seu seja reconstruído.-----

**O Senhor Deputado Municipal António Prata (PS)**, no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Iniciou a sua intervenção dizendo estar mais esclarecido sobre o funcionamento da CIM. Neste sentido, sublinhou que a Mêda é um concelho de periferia e pela Lei da Representatividade, encontra-se limitado em relações a concelhos maiores.-----

Destacou os regadios, dizendo não ter conhecimento até que ponto é que as Juntas de Freguesia poderão beneficiar daquela medida, nomeadamente, para recuperação e beneficiação de açudes. Assim, lançou um repto aos Presidentes de Junta de Freguesia, ao Presidente da Câmara e ao Executivo para canalizarem esforços naquele sentido.-----

Terminou congratulando-se pelo bom trabalho que está a ser feito pelo Executivo.-----

**O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD)**, iniciou a sua intervenção recordando uma palavra ali repetida várias vezes, a palavra “brevemente”.-----

Destacou que tem sido useiro e vezeiro naquele Executivo o uso da palavra “brevemente”. Lembrou que ao longo dos últimos três anos de mandato e após diversas solicitações da bancada do PSD foi sempre ouvida a mesma resposta, “brevemente”.-----

Aprofundou que até aqui nada de novo, não fosse ter surgido, nesta Sessão da Assembleia Municipal, um casal a apresentar um problema que já se arrasta há quatro anos, tendo-lhes sido sempre respondido e passou a citar: “*brevemente será respondido*”.-----

Disse não ter conhecimento do caso, mas tendo em conta o que ali foi apresentado pelo Múncipe, questionou o Senhor Presidente sobre o porquê daquela demora.-----

Recordou uma proposta apresentada há cerca de um ano, relativamente a uma homenagem aos autarcas que já passaram pelo concelho, sendo que na altura sugeriu o dia do feriado municipal para essa mesma homenagem. Acentuou que o feriado municipal passou, almejando que essa digna homenagem, seja feita no 25 de Abril.-----

Abordou um outro assunto. Disse que apesar de já o ter feito de forma privada, não poderia deixar de o fazer de forma pública. Assim, agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mêda as diligências tomadas para que os representantes da CIM estivessem hoje presentes naquela Assembleia. Na sua opinião foi algo enriquecedor para todos os presentes. Neste sentido e de forma clara, colocou uma série de questões. Quis saber quais as obras que

*Handwritten signature and notes in the right margin.*

já foram aprovadas no âmbito do Quadro Comunitário. Quais as obras a que aquele Executivo se candidatou e viu aprovadas e para além das obras que ali foram referidas pelo Senhor Engenheiro António Ruas, quais são as obras que vão ser propostas.-----

Reforçou a questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo. Recordou terem assistido, com popa e circunstância, à apresentação da Regeneração do Centro Histórico, mas a verdade é que o tempo também vai avançando e o “brevemente” ainda não chegou. Assim, perguntou com toda a clareza, para quando o início dessas obras.-----

Disse ter conhecimento de que no próximo dia vinte e cinco de março irá realizar-se na Mêda, um evento da Liga Nacional dos Bombeiros Portugueses. Saudou e felicitou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mêda, por ser uma instituição que nos últimos anos muito tem contribuído para dignificar o concelho e para levar o nome da Mêda mais além.-----

Aludiu à intervenção do Dr. <sup>o</sup> Carlos Martins, quando falou sobre o abandono escolar e apesar de ser um assunto que já ali foi debatido várias vezes, a resposta obtida foi sempre de que na Mêda não existe abandono escolar. Hoje, de forma clara e perentória, foi ali explicado o verdadeiro conceito de abandono escolar, salientando que afinal existe abandono escolar no concelho de Mêda. Desta forma, perguntou qual a estratégia que o Município vai utilizar para fazer candidaturas às medidas que a CIM possa ter disponíveis sobre aquele assunto.-----

**O Senhor Deputado Municipal João Zeferino (PSD)**, no uso da palavra, começou por questionar se não será altura de o Senhor Presidente começar a andar preocupado. Frisou que já estamos no quarto ano do mandato e em termos de visibilidade, a Mêda, enquanto concelho, enquanto projeto e enquanto abraçar novas formas de encarar o mundo, nada tem sido feito. Deu o exemplo do repto que lançou ao Senhor Presidente na última Assembleia e o qual não foi tido em conta.-----

Mostrou-se preocupado com o facto de o concelho possuir uma classificação muito baixa no rating. Especificou que se encontra posicionado no lugar ducentésimo sexagésimo quinto. Relativamente aos níveis de exportações, também aí não está melhor, acentuando que cada vez possui valores mais baixos.-----

**A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes.-----

Recordou ter referido numa Sessão da Assembleia, que o Senhor Presidente não tinha sensibilidade para a educação. Na altura, o Senhor Presidente ficou muito ofendido e justificou que o Município faz apenas o que é obrigatório por lei. Salientou que continua na mesma ordem de pensamento, pelo que chamou a atenção dos Senhores Vereadores e dos Senhores Deputados Municipais para o facto de crianças com idades compreendidas entre os três e cinco anos, estarem há meses e meses, a rastejar, a andar no chão e a sentar-se á chinês num soalho completamente podre, cheio de fungos e cogumelos. Indagou se isto é sensibilidade. Transmitiu que o Senhor Presidente prometeu que o problema seria resolvido nas férias grandes e nada. Prometeu depois, que seria no Natal e até agora nada.-----

Salientou e alertou para o facto de também o pré-escolar estar há anos, á espera de uma fotocopiadora. Também o primeiro ciclo solicitou, já em dois mil e dez, um muro a fim de tapar o coberto existente. Destacou que até hoje foram construídos apenas sete ou oito metros desse muro, continuando a chover naquele espaço, o que obriga as crianças a permanecerem na sala durante oito horas diárias. Neste sentido, solicitou que também sejam feitas obras no campo de futebol, porque quando chove fica tipo uma piscina.-----

Abordou um outro assunto. Volvidos três meses após a última Sessão da Assembleia Municipal, e aludindo à intervenção do Senhor Vereador Paulo Amaral sobre a programação das redes das Aldeias Históricas, questionou se já foi feito algo para incentivar os medenses a criar as marcas dos seus produtos. Gostava de saber em que ponto é que se encontra esse assunto.-----

A terminar, quis saber se relativamente à criação de mercearias e tabernas antigas, se está prevista a vinda de alguma para o concelho e onde ficará.-----

**O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Municipal, João Paulo Gouveia (PPM)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes.-----

Fez referência à questão por ele colocada anteriormente ao Senhor Engenheiro António Ruas, lamentando não ter sido informado. Assim, gostaria de saber se está prevista a remoção das placas de amianto, até porque os problemas de saúde pública não são compagináveis com o “brevemente”.-----

Fez saber que o diploma legal que estabelece a obrigatoriedade da remoção do amianto, não fala em escolas, mas sim em edifícios públicos. E se relativamente à escola, considera que poderá existir um conflito tutelar, já quanto à Casa da Cultura, não tem dúvidas que este não existe, uma vez que a mesma é tutelada pelo Município.-----

Transmitiu que parte da cobertura da Casa Municipal da Cultura é fibrocimento, pelo que, gostaria de saber o que é que está previsto e para quando a remoção desse mesmo fibrocimento.-----

Abordou um outro assunto, o acesso à freguesia do Valflor. Disse já ter abordado este assunto, de forma informal, em outras alturas, com o Senhor Presidente da Câmara, tendo inclusive numa delas, estado presente o Senhor presidente da Junta de Freguesia de Valflor, mas não podia deixar de o abordar nesta Assembleia Municipal, sede própria para discussão destes assuntos. Explicou que do lado direito da estrada de acesso ao Valflor e numa extensão de seiscentos metros, existe uma vala construída em betão, com arestas vivas, com oitenta e cinco centímetros na maior parte da extensão de largura e sessenta centímetros de profundidade. Referiu que fazia a justiça de não atribuir a responsabilidade pela obra ao atual Presidente da Câmara, dado que ela é do tempo da governação do partido que agora lhe garante a maioria no executivo. Refere ainda tratar-se de uma situação que encerra um enorme perigo e que em caso de acidente grave serão assacadas pelo menos as responsabilidades políticas ao atual Presidente da Câmara.-----

Recordou que das vezes que abordou aquele assunto com o Senhor Presidente da Câmara, sempre sugeriu algumas soluções para aquela situação.-----

Perguntou se o Senhor Presidente já tem alguma ideia sobre a forma de resolver aquele assunto e se o mesmo estaria solucionado nos próximos sete meses.-----

**O Senhor Presidente da Câmara**, cumprimentou os presentes e começou por dizer que relativamente ao funcionamento da CIM, depreende que todos tenham ficado mais ou menos esclarecidos.-----

Quanto à palavra “brevemente”, concordou que a mesma já ali foi aplicada por demasiadas vezes, mas muitas vezes as coisas não são tão breves quanto se deseja. Deu como exemplo o Programa Portugal2020, que já se encontra aberto há cerca de dois anos e até agora apenas quarenta e cinco por cento da totalidade dos projetos abriram. -----

Asseverou que se candidataram a todas as candidaturas que podiam.-----

*Handwritten notes and signatures:*  
The  
Mun  
g  
-----  
-----  
-----

Quanto à candidatura dos ARU'S, transmitiu que foram feitos os projetos, mas quanto às candidaturas, as mesmas eram para abrir em dezembro, mas ainda não abriram. Aguardam a abertura das candidaturas para que possam prosseguir com as obras.-----

Ao Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra respondeu que a limpeza das árvores de grande porte, estava a ser feita naquele dia. Relativamente à reparação das calçadas, lamentou que a mesma não tenha sido tão célere quando gostariam, mas a obra já foi adjudicada e entregue a um empreiteiro. Quanto à colocação de sinalética vertical nas estradas do concelho, espera que seja feita o mais rápido possível.-----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo, reiterou o projeto da ARU'S já está feito, o qual possui uma verba de cerca de oitocentos mil euros. Sobre a homenagem aos autarcas que por ali passaram, disse ser um compromisso assumido, e partilhou que falou com o Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo, para que fosse constituída uma comissão para que dia 25 de Abril esteja tudo pronto para a referida homenagem.-----

Ao Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus, garantiu que o arquivo do tribunal iria regressar em breve. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Concelho, disse já o ter consigo e até já poderia ser feita a sua apresentação, mas como tem que existir uma certa conexão entre o Plano de Desenvolvimento Estratégico e o PDM (Plano Diretor Municipal), esclareceu que aguardam a conclusão deste último, para depois procederem à sua apresentação. Relativamente ao incidente descrito na ata do Executivo, garantiu que não estão a ser reparados veículos particulares no armazém municipal. Revelou que após averiguação do que tinha acontecido, foi-lhe transmitido que de facto houve um funcionário que andou com um veículo que não era dele e fora do horário de trabalho levou esse mesmo veículo para o armazém municipal e esteve a verificar a pressão do óleo. Assumiu que aquelas situações devem ser evitadas.-----

Quanto às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Celina Cardoso e aproveitando também para responder ao Senhor Deputado Municipal João Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, disse que relativamente ao muro, foi uma mais valia para todos os proprietários, uma vez que passaram a ter o caminho de acesso às suas propriedades alcatroado, o que veio valorizar os terrenos. Aprofundou que grande parte dos proprietários cederam parte dos seus terrenos sem qualquer contrapartida, porque iriam ficar valorizados. Partilhou que, e de acordo com informação técnica, na altura, não foi possível contactar o proprietário do terreno, pelo que se evitou entrar dentro da propriedade. Contou que passado algum tempo o proprietário sentindo-se lesado reuniu diversas vezes com o Senhor Vice-presidente, concluindo-se dessas reuniões que o Município não invadiu propriedade privada, até porque o muro pertencia ao caminho público. Quanto aos buracos nas calçadas, espera que a empreitada seja feita no menor curto espaço de tempo. Sobre a realização das feiras no Distrito durante todo o fim de semana, concordou que é melhor fazer pouco do que não fazer nada. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal João Zeferino, realçou que o guia turístico para telemóveis sobre o concelho foi reconhecido pelo Turismo de Portugal, como um dos melhores do país. Fez saber que em breve irá ser também lançado um vídeo promocional sobre o concelho. Relativamente à posição que a Mêda ocupa no raiting, na sua opinião é uma informação que vale o que vale.-----

Sobre o jardim de infância disse ter consciência que a situação é grave, assumindo que já foi feito um levantamento e está tudo programado para que as obras tenham início aquando das

*Jesus*  
*Marcelino*  
*Susana*  
*Silva*

férias grandes. Quanto ao coberto da escola primária informou que devido ao mau tempo as obras tiveram que ser interrompidas, agora com a vinda do bom tempo podem ser reiniciados os trabalhos e as obras concluídas.-----

Ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Gouveia, disse que o Município foi bastante célere a apresentar a candidatura para remoção do amianto na escola. Intui que a remoção do amianto deverá ser feita no decorrer das férias grandes. Quanto ao telhado da Casa Municipal da Cultura, explicou que de acordo com informação técnica, o amianto que se encontra no telhado não traz qualquer perigo para a saúde pública. Relativamente ao acesso ao ValFlor, entende que é um problema, que pela sua gravidade terá que ser resolvido, não podendo no entanto e apesar do estudo já estar concluído, comprometer-se com prazos para a sua conclusão.-----

**O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD)**, reforçou a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Paulo Gouveia, recordando que também existe fibrocimento nas condutas de água. Recordou que o Senhor Presidente da Câmara, numa Sessão da Assembleia, reconheceu aquele problema e respondeu àquele areópago que as condutas seriam substituídas por fases. Gostaria de ser esclarecido sobre aquele assunto.-----

Um outro assunto que considera que também não foi devidamente esclarecido na última Sessão da Assembleia Municipal, é a questão da Área de Acolhimento Empresarial. Indagou se realmente vai ser uma realidade até ao final do ano ou se será brevemente.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que as condutas de água em fibrocimento são uma grande preocupação, sendo que aquela questão já foi colocada na Comunidade Intermunicipal. Informou que a CIM está a fazer um levantamento de condutas de água em todos os concelhos, e aguardam que seja feita uma candidatura através da CIM para que o problema seja resolvido.-----

Mostrou-se frustrado por a Área de Acolhimento Empresarial não ter sido uma realidade. Fez saber que ainda foi feita a candidatura, foi também feita a adjudicação da obra, mas não foi possível a sua execução devido aos custos elevados. Fez sobressair que neste momento se encontram a trabalhar para que nos próximos anos seja feita a ampliação da zona industrial.---

**O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Municipal, João Paulo Gouveia (PPM)**, gostaria de saber, se relativamente ao acesso ao ValFlor, se já está previsto um estudo e para quando.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que o estudo já está feito.-----

**O Senhor Vereador Paulo Amaral**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes. Disse que relativamente às árvores de grande porte na freguesia da Fontelonga, tiveram que solicitar e aguardar pela grua dos Bombeiros Voluntários de Trancoso, pelo que está hoje a ser feita essa limpeza.-----

Em relação às bocas de incêndio, esclareceu que não se designam bocas de incêndio, mas sim marcos de incêndio. Aprofundou que o levantamento já se encontra feito e os técnicos da proteção civil deslocar-se-ão agora a todas as juntas de freguesia a fim de indicar onde é que irão ser colocados.-----

Reforçou a intervenção do Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo dizendo que de facto irá realizar-se no dia vinte e cinco de março o Conselho Nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses e a Federação do Distrito da Guarda escolheu a Mêda para a realização do mesmo.-----

À Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha, sobre a estratégia de eficiência coletiva das Aldeias Históricas, respondeu que na última reunião que decorreu à cerca de um mês, foi decidido que relativamente aos projetos de animação, projetos de inovação, projetos de

criação de infraestruturas de animação permanente e projetos de dinamização, coordenação e acompanhamento, os quatro primeiros são da responsabilidade das Aldeias Históricas.-----

Salientou que se irá proceder a uma intervenção na área da recuperação e localização via georreferenciação para o cadastro de todas as casas existentes em Marialva, mais precisamente na área da Devesa.-----

Quanto à animação, informou que irá ser criada uma animação que envolverá as doze aldeias históricas e que designar-se-á de “Lua Nova” ou “Lua Cheia”. Disse que é um projeto elaborado pela própria Aldeia Histórica, tendo já sido feita a contratualização da empresa que procederá a essa animação. Às Câmaras envolvidas no projeto, compete pagar a parte correspondente à componente nacional.-----

Em resposta à questão colocada pela Senhora Deputada, disse que há toda uma estratégia no sentido de se criar um produto endógeno e potencializar a criação de mais emprego nas várias aldeias. -----

**O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, quis saber quais são as candidaturas que o Município fez, quais as que se encontram aprovadas e quais é que se encontram em fase de candidatura.-----

**O Senhor Presidente da Câmara**, esclareceu que neste momento e para além do Programa2020, não se encontram abertas candidaturas.-----

Garantiu que mesmo sem candidaturas, as obras vão ser feitas.-----

**O Senhor Deputado Municipal João Sequeira (CDS/PP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, no uso da palavra para reforçar a sua anterior intervenção, disse não ser verdade que a Câmara esteve quatro anos sem dar resposta ao município. -----

Partilhou que esteve reunido com o Senhor Vice-presidente, com o Engenheiro Daniel e com o proprietário do terreno, a fim de chegarem a um acordo.-----

Lamentou virem agora com um orçamento para a reconstrução do muro, no valor de seis ou sete mil euros, sublinhando que a reconstrução do mesmo não é da responsabilidade da Câmara, porque o muro é do caminho.-----

Contou que das reuniões que tiveram foi sugerida a colocação de uma rede, o que na sua opinião era a solução ideal.-----

**O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento. Recordou que relativamente ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, já em vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que o mesmo iria ser apresentado brevemente e que até já estava na posse do Executivo. Assim, gostava de saber porque é que os Senhores Deputados Municipais não têm acesso ao Plano e porque é que não é tornado público.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que o PDM estará concluído em agosto ou setembro e devido à conexão entre os dois, o Plano de Desenvolvimento Estratégico será apresentado nessa altura.-----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

**O Senhor Presidente**, seguidamente, declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos:-----

**PONTO 1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à lei n.º75/2013, de 12 de setembro;**-----

**PONTO 2 - Apreciação e votação da Proposta n.º 3/2017 – Isenção do pagamento de Taxas Municipais devidas pelas mensagens publicitárias e ocupação da via pública de natureza**

*Alves*  
*Maria*  
*Susana*  
*Alva*

comercial;-----

**PONTO 3 - Para conhecimento Relatório de Atividades do ano de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda, remetido pela respetiva Presidente à Assembleia Municipal de Mêda, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 32º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro;**-----

**PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, ao abrigo da alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à lei n.º75/2013, de 12 de setembro;-----

(O documento foi previamente distribuído aos Senhores Deputados) -----

**O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD)**, no uso da palavra, disse ter conhecimento que o Complexo Desportivo Municipal se encontra encerrado aos sábados. Ou seja, está encerrado ao público três dias por semana.-----

Neste sentido, lamentou o facto de não ter conseguido reunir informações se também a Biblioteca Municipal se encontra encerrada aos fins de semana.-----

Mostrou-se espantado com aquela situação, pelo que, perguntou ao Executivo qual o motivo de aqueles dois edifícios estarem encerrados ao público.-----

**O Senhor Vice-Presidente Paulo Esteves**, cumprimentou os presentes e esclareceu que o Complexo Desportivo Municipal encontra-se aberto, até porque estão a ser realizados jogos aos sábados e aos domingos.-----

Relativamente à Biblioteca Municipal, disse ser verdade que se encontra encerrada aos fins de semana, mas é algo que já vem do mandato anterior.-----

**O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD)**, de novo no uso da palavra, perguntou se o ginásio e o tanque das piscinas municipais se encontram encerrados aos sábados, domingos e segundas-feiras.-----

**O Senhor Vice-Presidente Paulo Esteves**, informou que aqueles dois serviços estão encerrados aos sábados, domingos e segundas-feiras.-----

**PONTO 2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N.º 3/2017 – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELAS MENSAGENS PUBLICITÁRIAS E OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DE NATUREZA COMERCIAL**, a qual se anexa à presente ata como anexo I e dela faz parte integrante.-----

**A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM)**, disse concordar com aquela Proposta, mas não podia deixar de questionar se foi feita pela Câmara alguma estimativa com o objetivo de saber qual o montante resultante daquela isenção.-----

Para terminar, indagou se é paga alguma taxa pelos comerciantes que ocupam a via pública.-----

**O Senhor Vice-Presidente Paulo Esteves**, respondeu que não feita qualquer estimativa.----- Acrescentou, que a Proposta que vão aprovar também prevê a isenção da ocupação da via pública.-----

**O Senhor Presidente**, dado que ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta N.º 03/2017**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND;-----

Passaram de seguida ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

**PONTO 3 – PARA CONHECIMENTO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2016 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MÊDA, REMETIDO PELA RESPETIVA PRESIDENTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÊDA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº 2 DO ARTIGO 32º DA LEI N.º 147/99, DE 1 DE SETEMBRO**, a qual se anexa à presente ata como

anexo II e dela faz parte integrante -----

**O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS)**, acha que todos devem participar nas atividades da CPCJ, tanto na qualidade de pais, como de cidadãos deste concelho.-----

**O Senhor Presidente da Câmara**, homenageou e deu os parabéns à equipa que compõe a CPCJ. Realçou que está a fazer um excelente trabalho. Trabalho que é reconhecido a nível distrital.-----

**O Senhor Deputado Municipal António Prata (PS)**, expressou publicamente o seu reconhecimento pelo método de trabalho de toda a equipa que faz parte da CPCJ e de toda a equipa que apoia a CPCJ.-----

**O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD)**, sugeriu à Mesa que na próxima Sessão da Assembleia Municipal, faça parte da Ordem de trabalhos, a criação de uma Comissão Restrita ou Alargada, ou as duas, para proteção de idosos.-----

**A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM)**, lamentou o facto de esta CPCJ não ter um Plano Local de Proteção dos Direitos da Criança.-----

Indagou o por quê daquela Comissão continuar sem fundo de maneiio.-----

Congratulou-se pelos resultados conseguidos. Resultado estes que são fruto de muito empenho e dedicação. Especificou que dos trinta e cinco processos existentes em dois mil e dezasseis, dezoito foram arquivados, o que considerou de muito bom.-----

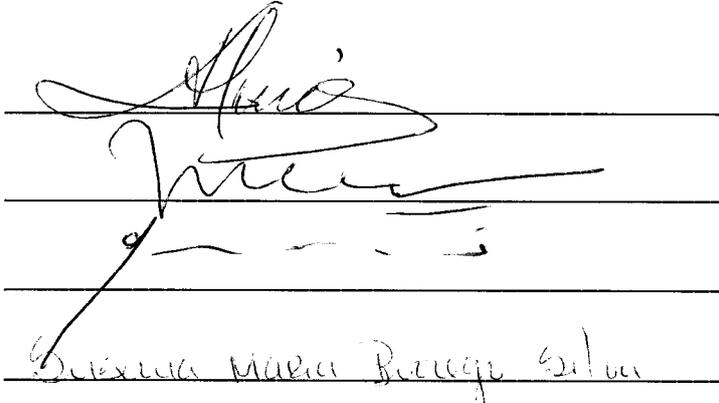
Recordou que já em outras Sessões abordou este assunto, mas não podia deixar de o fazer mais uma vez. Referiu que existem muitos elementos que fazem parte da Comissão Restrita desde dois mil e três, sendo que a Lei apenas permite que exerçam funções durante seis anos. Gostava de saber o por que daquela situação.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** explicou que tem que ser pedida uma autorização.-----

**O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate tendo a Assembleia tomado conhecimento.-----

Nada mais havendo a tratar às treze horas e catorze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes na Sessão e por mim, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que secretariei.-----

  
-----  
-----  
-----  
-----  
Susana Maria Borrego Silva